

'Centrão' ganha tempo e apresenta projeto completo

Dora Tavares de Lima/
Rodolfo Fernandes

BRASÍLIA — O Centrão elegeu 27 pontos polêmicos para modificar no projeto da Comissão de Sistematização da Constituinte e elaborou amplo roteiro de trabalho que dá a medida do corte pretendido no que já foi aprovado. Vai apresentar um substitutivo completo e emendas para pontos que serão objeto de destaque. Foi por essa razão que o grupo empurrou a discussão sobre o regimento da Constituinte para adiante: ganhou tempo até 4 de janeiro para discutir e redigir suas propostas.

A Constituição sonhada pelos integrantes do Centrão seria mais liberal na parte econômica, reduziria o papel do Estado em todas as áreas e mexeria em trechos que tratam, por exemplo, do *habeas data* — o direito do cidadão de saber quais são as informações a seu respeito arquivadas em bancos de dados de entidades particulares, públicas ou de caráter social — ou dos direitos ecológicos.

O objetivo geral do Centrão é dar mais liberdade à iniciativa privada, acabando com a estabilidade no emprego tal como foi colocada, redefinindo o conceito de empresa nacional, fazendo retornar os contratos de risco para a prospecção de petróleo e pondo fim à nacionalização da distribuição dos derivados.

Abaixo, os pontos mais importantes do projeto do Centrão.

Hora extra fica para negociação

Hora extra em dobro — Os integrantes do Centrão são a favor de que a hora extra seja paga em valor maior do que a hora normal, mas o grupo é contra o estabelecimento desse valor na Constituição. A emenda a ser apresentada deixará essa discussão para as negociações diretas entre empregado e empregador. O pagamento em dobro da hora extra foi aprovado na Comissão de Sistematização porque nos últimos anos a Justiça Trabalhista praticamente transformou-o numa praxe. Mas a determinação de um valor pode acabar funcionando contra o empregado: se a Constituição obrigar a pagar as horas extras em dobro num momento em que o país estiver caminhando, nas negociações entre patrões e empregados, para o pagamento na base de três vezes o valor da hora comum.

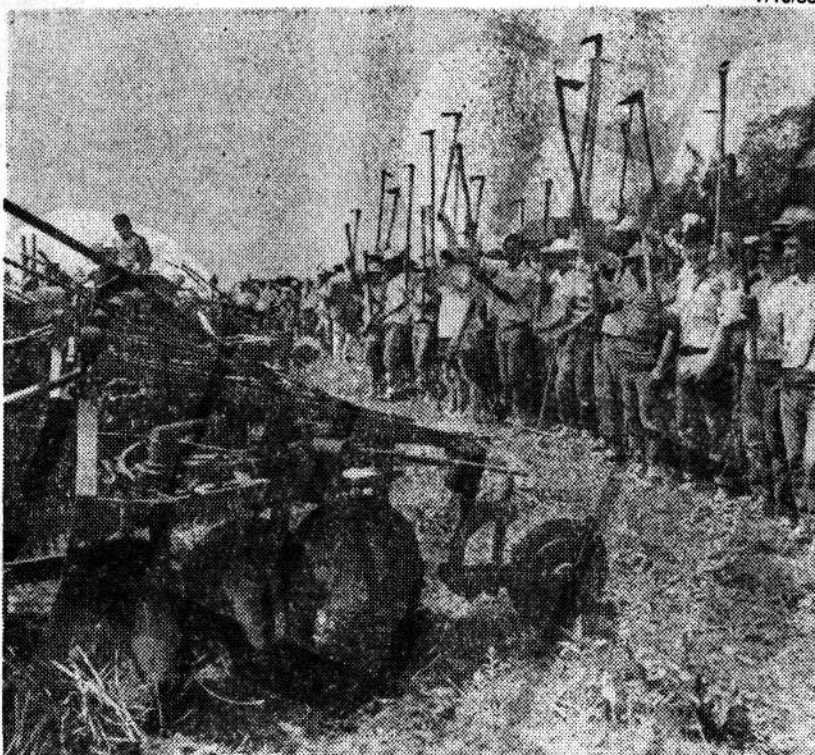
Estabilidade no emprego — A proposta é modificar totalmente o texto do projeto, que no artigo 7º fixa o princípio de estabilidade no emprego, substituindo-o pelo princípio da indenização na rescisão contratual. O Centrão pretende apresentar uma única emenda junto com outros setores integrantes dos grupos dos 32, liderado pelo senador José Richa (PMDB-PR), e dos reformistas, integrado por parlamentares como os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP).

Direito de greve — É um dos pontos onde o grupo espera polêmica e ainda não chegou a um consenso para a redação da emenda. O que está acertado é fixar apenas o princípio do direito de greve, mantendo a proibição para as atividades consideradas essenciais. A novidade é a proposta de inclusão do direito ao trabalho. Ficaria, então, assegurado ao trabalhador o direito de trabalhar mesmo em caso de greve decretada por sua categoria profissional.

Imprescritibilidade das ações trabalhistas — O ideal para o Centrão é que seja mantido o prazo de dois anos para a prescrição das ações trabalhistas. Mas o grupo admite negociar um prazo maior, como quatro anos. O que se considera inadmissível é a imprescritibilidade.



Greve: Centrão pensa também no direito de trabalhar



Terra: Centrão diz que defende pequeno proprietário

Empresa nacional tem outra definição

Empresa nacional — O texto do projeto da Sistematização define empresa nacional como a que tenha sede no Brasil e acionistas domiciliados aqui. Já há uma emenda pronta, ainda não aprovada pelo conjunto do Centrão, que dá a seguinte definição: "A empresa nacional é aquela constituída sob as leis brasileiras e que tem no país sua sede e administração, podendo ser de capital brasileiro ou estrangeiro".

Uso do subsolo — O artigo 22 do projeto de Constituição diz que o subsolo passa a ser patrimônio da União. O Centrão acha que com isso se estaria estatizando o subsolo brasileiro, porque a União não poderia conceder sua exploração a terceiros — eles estariam exaurindo um patrimônio público. A tendência é deixar as coisas como são hoje: a União tem o subsolo e os recursos minerais sob

sua jurisdição e administra a concessão a particulares para a exploração.

Propriedade rural — O Centrão vai lutar para tirar do projeto a proibição de que propriedades de até vinte e cinco hectares, desde que trabalhadas por uma família, sejam objeto de penhora para pagamento de qualquer tipo de débito. A argumentação contrária a isso é a de que ao invés de proteger, a medida vai acabar impedindo que o pequeno proprietário tenha acesso a créditos, porque os bancos, por este raciocínio, iriam se recusar a emprestar para donos de menos de 25 hectares de terra. "A intenção foi boa, mas o resultado será nefasto", diz Guilherme Afif Domingos (PL-SP). Técnicos do ministério da Reforma Agrária concordam que isso poderá ocorrer, mas ressaltam que para evitar



Patrimônio cultural: definição que seja menos vaga



Distribuição livre de combustíveis: ponto de honra

prejuízos ao pequeno proprietário bastaria modificar as exigências para concessão de créditos.

Recursos minerais — O artigo nº 206 estabelece que somente brasileiros ou empresas nacionais poderão participar da exploração dos recursos minerais e dos potenciais de energia hidráulica no país. Emenda do Centrão será apresentada para restabelecer a possibilidade — dada pela Constituição atual — de que empresas brasileiras com capital estrangeiro participem desse processo.

Distribuição de derivados de petróleo — É ponto de honra dentro do Centrão a alteração do artigo que determinou a nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo no país. Dentro do grupo considera-se que este artigo é um dos mais fáceis de reunir 280 assinaturas que

garantem a uma emenda tramitação especial. A luta será para suprimir o parágrafo quinto do projeto da Sistematização. Já há uma emenda pronta, ainda não aprovada, que diz: "As autorizações e concessões para o aproveitamento de energia hidráulica e para pesquisa e lavra de recursos minerais poderão ser cedidas ou transferidas sem prévia anuência do poder concedente."

Contratos de risco — O Centrão prega a manutenção dos contratos de risco, tal como se encontram atualmente. O fim desses contratos vem sendo aprovado desde as subcomissões temáticas, mas os integrantes do grupo argumentam que isso fere os interesses da própria Petrobrás que seria prejudicada na obtenção de novos contratos no exterior, o que terminaria afetando o desenvolvimento nacional.

Emenda limita 'habeas data'

Habeas data — O Centrão não

pretende derrubar a figura do *habeas data*, mas quer que seja permitido o acesso exclusivamente a informações de uso público. O deputado Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC), que não é do Centrão, considera a redação do texto aprovado pela Comissão de Sistematização suficientemente clara quando diz que serão abertas informações constantes em arquivos de entidades e não de particulares.

Patrimônio cultural — É um dos itens que merecem um ataque mais duro do Centrão. Seus integrantes consideram abstrata e sem fundamento técnico a definição que o projeto atual dá ao que é patrimônio cultural brasileiro: "Constituem patrimônio natural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos e classes formadores da sociedade brasileira." Há propostas de suprimir este item, deixando-o para a legislação ordinária, ou então que a definição caracterize com mais precisão o que é esse patrimônio.

Meio ambiente — Essa briga o Centrão comprou com os ecologistas, que fizeram valer no texto da Sistematização uma série de exigências para a realização de obras, de modo a preservar o meio ambiente. O grupo considera este item uma falsa tentativa e lutará para que nessa questão seja acionada a legislação ordinária.

Rejeição começa pelo preâmbulo

O Centrão, em seu documento, critica outros pontos do projeto aprovado pela Comissão de Sistematização, começando pelo preâmbulo. Os parlamentares não concordam com a frase: "Todo poder pertence ao povo, que o exerce diretamente". Acha que ela dá ideia de que no Brasil há uma democracia direta e não representativa.

O grupo discorda também da inclusão na Constituição do preceito de que deva ser objetivo fundamental do Estado erradicar a pobreza. Argumenta que a pobreza é uma situação transitória. Os integrantes do Centrão criticam também a concessão de benefícios e incentivos fiscais e creditícios especiais para a empresa nacional, bem como o tratamento preferencial dado a ela pelo Poder Público na aquisição de bens e serviços. Outro ponto crucial da briga entre estatistas e privatistas é o que determina que o Estado exerça funções de controle, fiscalização, incentivo e planejamento da atividade econômica. O Centrão quer substituir todo o capítulo.

Considera também uma "impropriedade jurídica e econômica" o artigo nº 255, que cria um novo conceito de empresa nacional nos setores de tecnologia de ponta, e classifica de "intervencionista" o artigo que diz que "o mercado interno integra o patrimônio nacional", porque daria poderes ilimitados de intervenção ao Estado. Um artigo que merecerá atenção do Centrão em plenário será o que cria o cálculo de contribuição de seguridade social sobre o faturamento e o lucro das empresas. O grupo quer restabelecer o cálculo sobre a folha de salários.